

PARECER ÚNICO – URFbio NOROESTE 08/2020
PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO MINERÁRIA

Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Noroeste
PROCESSO SIAM 00104/1988/061/2016

1 – DADOS DO PROCESSO E EMPREENDIMENTO

Tipo de Processo / Número do Instrumento	(x) Licenciamento Ambiental		00104/1988/061/2016
Fase do Licenciamento	LP + LI		
Empreendedor	VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A (NEXA RESOURCES)		
Endereço de correspondência	Rodovia LMG 706, km 65. Vazante /MG. CEP: 38780-000; Zona Rural.		
CNPJ / CPF	42.416.651/0010-06		
Empreendimento	A – 05-04-5 – Pilha de estéril/rejeito Seco, denominada Pilha Garrote. A – 05-01-0 – Unidade de tratamento de minerais E – 02-03-8 – Linha de transmissão de energia E – 02-04-6 - Sub estação de energia elétrica.		
Classe	LP + LI : Classe 06		
Condicionante : Várias	Formalizar perante a Gerência de Compensação Florestal do IEF, no prazo máximo de 120 dias, contados do recebimento da Licença, processo de compensação florestal referente à supressão de vegetação nativa, nos termos do art. 75, da Lei Estadual nº 20.922/2013.		
Localização	Pilha garrote zona rural do município de Vazante		
Bacia	Bacia do Rio São Francisco		
Área intervinda	Bacia	Município	Fitofisionomia
Área total ADA (ha) – 59,7726	São Francisco	Vazante/MG	Cerrado, pasto, eucalipto,campo, Floresta estacional semidecidual, outras
Responsável pela elaboração do PECF	Arbore Consultoria Ambiental Ltda. CNPJ: 09.624.391/0001-90		

2 – ANÁLISE TÉCNICA

2.1 - Introdução

O presente Parecer visa analisar o Projeto Executivo de Compensação Minerária referente a supressão de vegetação nativa na pilha de disposição de rejeito a seco denominada “Pilha Garrote” no complexo minerário Votorantim Metais Zinco S.A (NEXA RESOURCES), empresa

de mineração localizada no município de Vazante em cumprimento ao Art. 75 da Lei Estadual N° 20.922 de 16 de outubro de 2013. ao art. 75 da Lei Estadual N° 20.922 de 16 de outubro de 2013:

“Art. 75 – O empreendimento minerário que dependa de supressão de vegetação nativa fica condicionado à adoção, pelo empreendedor, de medida compensatória florestal que inclua a regularização fundiária e/ou implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, independentemente das demais compensações previstas em lei”.

O § 2º, do referido artigo, condiciona a aplicação da medida compensatória instituída pelo art. 36 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002 aos processos anteriores à publicação da Lei. Ainda neste artigo, nos §§ 1º e 2º os empreendedores deverão compensar em áreas não inferiores àquela utilizada pelo empreendimento e, obrigatoriamente, na mesma bacia hidrográfica.

Assim adequando as normas conforme instrução da DIUC, o empreendedor protocolou a compensação florestal em atendimento à condicionante através dos procedimentos estabelecidos pelo capítulo III, art. 4º da Portaria n 27/2017.

2.2 - O empreendimento e sua características principais:

Código DN COPAM 74/2004	DNPM	Atividades objeto de licenciamento (DN 74/2004)	Classe	Quantificação do “parâmetro determinante de porte adotado pela Deliberação Normativa COPAM N° 74/2004”, conforme definido no art. 2º da DN COPAM N° 82/2005.
A-05-04-5	802185/1971	Pilhas de rejeito 6	6	Potencial poluidor/degradador Grande e porte Grande – Classe 6. Possui área útil de 46,8772 hectares.
A-05-01-0	802185/1971	Unidade de tratamento de minerais – UTM	6	Possui potencial poluidor/degradador o mesmo da atividade mineraria pertinente Grande, o porte do empreendimento é definido como Grande - Classe 6. Produção bruta de 1,713 t/ano.
E-02-03-8	802185/1971	Linha de transmissão de energia	x	Possui potencial poluidor/degradador Médio e porte definido como NP – Classe 0. Tensão 13,8 Kv e extensão 0,258 km.

E-02-04-6	802185/1971	Subestação de energia elétrica	x	Possui potencial poluidor/degradador Pequeno e porte definido como NP – Classe 0. Tensão 13,8 Kv e área total de 0,0268 há.
-----------	-------------	--------------------------------	---	---

Os empreendimentos licenciados acima totalizam uma área de 59,7726 há considerada a ADA do empreendimento, sendo que ocorrerão impactos diretos e efetivos decorrentes da implantação do Projeto de Disposição de Rejeitos Secos: Pilha Garrote, Planta de Rejeitos, Rejeitoduto, rede de distribuição de energia, estradas de acesso e relocação de estrada municipal, constituindo a porção territorial restrita de intervenção destas estruturas operacionais, abrangendo preponderantemente a extensão destinada à formação do maciço de rejeitos industriais – Pilha Garrote.

Cabe ressaltar, especialmente, que não estão previstas quaisquer alterações físicas das atuais instalações de beneficiamento mineral, administrativas, industriais, de apoio operacional e de controle ambiental, em operação e licenciadas na Unidade Vazante da Votorantim Metais. A ADA do empreendimento objeto do licenciamento está inserida totalmente no município de Vazante, a leste da área urbana em vertente da Serra do Garrote, localmente conhecida como Serra do Indaiá.

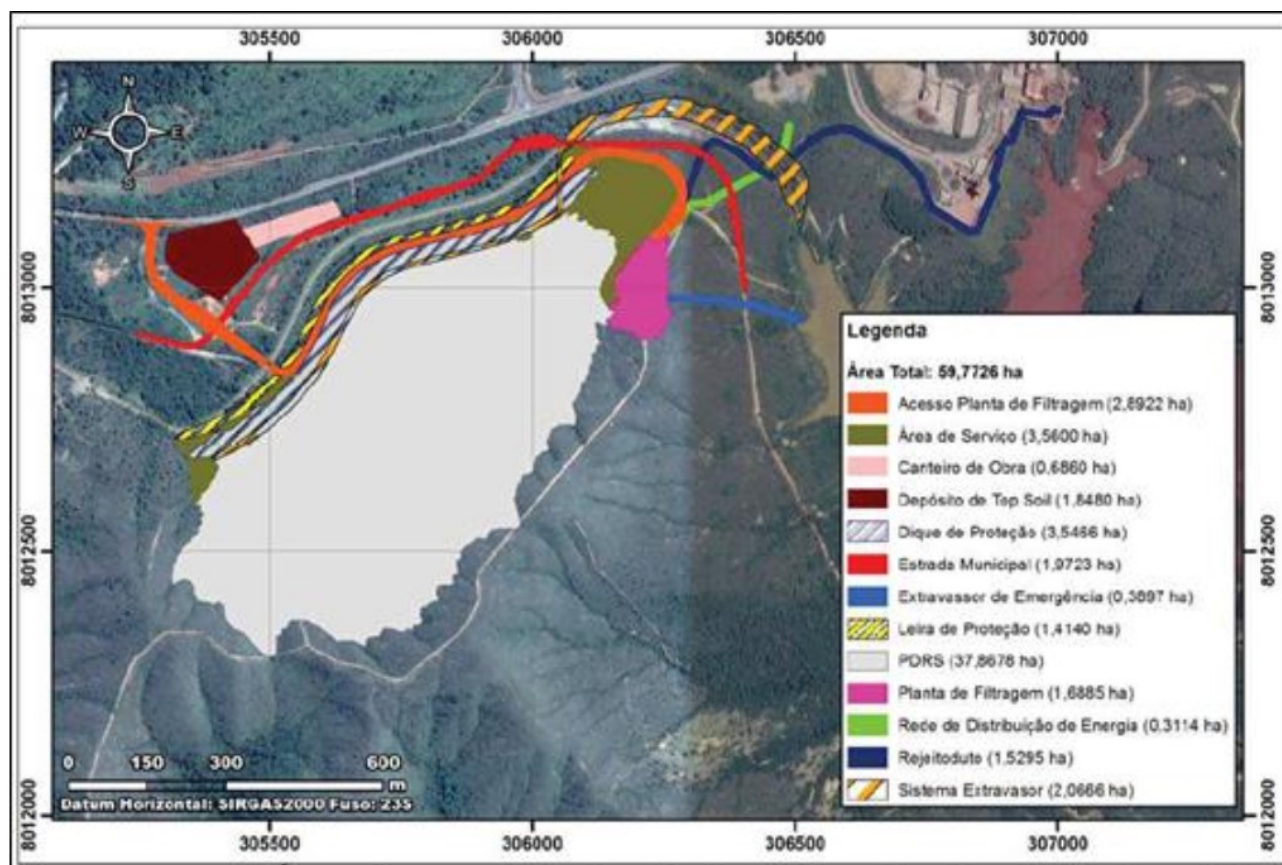
Considerando a estrutura operacional proposta para o Projeto de Disposição de Rejeitos Secos, na Unidade Industrial Vazante da Votorantim Metais, o quadro a seguir mostra o conjunto de áreas que compõem a ADA, incluindo todo o arranjo geral do empreendimento constituído pela pilha de rejeitos (Pilha Garrote), planta de filtragem, rejeitoduto, extravasor de emergência, rede de distribuição de energia, depósito de topo soil, acessos e estruturas complementares.

Uso / Ocupação	Área (ha)
Pilha de rejeitos secos	37,8678
Área de serviço	3,5600
Dique de proteção	3,5466
Acesso a planta de rejeito	2,8922
Sistema extravassor	2,0666
Estrada municipal	1,9723
Depósito Top Soil	1,8480
Planta de rejeitos	1,6885

Rejeitoduto	1,5295
Leira de proteção	1,4140
Canteiro de obras	0,6860
Extravassor de emergência	0,3897
Rede de distribuição de energia	0,3114
ADA	59,7726

Este documento tem como objetivo primordial apresentar a análise e parecer opinativo da proposta do Processo de Compensação Florestal previsto no art. 75 da Lei Estadual N° 20.922/2013 e Portaria 27/2017 em seu capítulo III, art 4º de modo a instruir e subsidiar a instância decisória competente quanto à viabilidade e pertinência técnica e legal da implantação das prescrições contidas no Projeto Executivo apresentado.

O empreendedor informa em seu (PECFM) Projeto Executivo de Compensação Florestal Minerária que opta pelo cumprimento da compensação através da manutenção de unidade de conservação de proteção integral Monumento Natural Estadual Lapa Nova de Vazante situada na mesma bacia hidrográfica e mesmo município.



Mapa da ADA do empreendimento.

2.3 - Caracterização da Área Intervinda

A área total de interferência vegetal corresponde a 59,7726ha, sendo referentes à área:

Uso/Ocupação	Área (ha)
Cerrado em regeneração	22,1626
Campo sujo	16,4957
Cerrado típico	15,9797
Estrada	1,5206
Solo exposto	1,4627
Talude de corte	1,1195
Área industrial	0,6633
Canal de drenagem	0,3685
TOTAL	59,7726

Totalizando as áreas operacionais de intervenção ambiental do Projeto de Disposição de Rejeitos Secos, a ADA contempla 59,7726 hectares, dos quais aproximadamente 91% (54,6382 ha) são constituídos por ambientes naturais, com maior expressividade de áreas revestidas por cerrado em regeneração (22,1626 ha), correspondendo a aproximadamente 37% do total da ADA; seguida de cobertura de campo sujo (28%) e de cerrado típico (27%)

Dessa forma, para efeito de cálculos do custo de recuperação da área de intervenção ambiental do empreendimento, foi considerada a linha compatível com as fitofisionomias originalmente existentes na área, sendo a fitofisionomia florestal e de cerrado e, portanto, adotado o valor de **7.364,74 UFEMGs** para cada hectare da ADA.

A tabela abaixo versa sobre o valor considerado para a proposta do Plano de Trabalho junto à DIUC/IEF e indica a UC – Unidade de Conservação de Proteção Integral a ser contemplada com ações para sua manutenção, já que a mesma se localiza na mesma Bacia Federal e ainda no mesmo município da área intervinda, considerando que haverá a apresentação previa ao COPAM do Plano de Trabalho específico para aplicação do recurso na UC MoNaE Lapa Nova de Vazante.

Fitofisionomia Port 27/2017	Área intervinda ADA (ha)	Valor Total (UFEMGs)	Valor da UFEMG 2020 (R\$)	Valor em R\$	UC contemplada	Município
Florestal Cerrado	59,7726	7.364,74	3,7116	1.633.882,1670	MoNaE Lapa Nova de Vazante	Vazante

Identificação da Unidade de Conservação de Proteção Integral selecionada:

Nome da UC: Monumento Natural Estadual Lapa Nova de Vazante	
Ato de Criação: Decreto nº 46.960	Data de Publicação: 01 de março de 2016
Município: Vazante	Bacia Hidrográfica Federal: Rio São Francisco
Nome do Gestor/Responsável: Fernando da Silva	

De acordo com PECF, considerando a legislação ambiental pertinente, a forma de compensação ambiental proposta é:

- Destinação, de valor de R\$ 1.633.882,17 (um milhão, seiscentos e trinta e três mil, oitocentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos) para aplicação em UC de proteção integral na forma de aplicação direta, mediante a aprovação de plano de trabalho.

2.5 - Análise do PECF

A área diretamente afetada pelo empreendimento, considerando a intervenção de todas as estruturas necessárias a operação minerária (estradas, pilhas, unidades de apoio, UTM, etc.) está informada no PECF, em um montante de 59,7726 ha. Área correspondente ao licenciamento ambiental.

3 – CONCLUSÃO

Conforme a Portaria nº 27, de 07 de abril de 2017 e considerando que:

- ✓ O montante da área impactada é 59,7726 ha;

- ✓ Está na mesma bacia do Rio São Francisco;
- ✓ A unidade de conservação proposta para ser estruturada é de proteção integral;

Conforme informações contidas no Projeto Executivo de Compensação Florestal (PECF), a área Área Diretamente Afetada (ADA) do empreendimento seria equivalente a 59,7726 hectares, o que consideraria todas as estruturas necessárias a operação minerária, tais como estradas, pilhas, pátios, unidades de apoio, UTM, etc. Essa dimensão corresponde à informação constante nos processos de regularização ambiental, conforme supracitado.

Assim, considerando os aspectos supra-analisados no PECF e com base nos estudos apresentados, este Parecer Opinativo entende que a proposta apresentada pelo empreendedor atende aos requisitos estabelecidos pela legislação vigente.

4 - CONTROLE PROCESSUAL

Controle processual elaborado tendo em conta as previsões contidas na Lei Estadual nº 20.922 de 16/10/2013, Decreto Estadual nº 47.749 de 11/11/2019, e Portaria IEF nº 27 de 7/04/2017, para apreciação de proposta de compensação minerária.

Em primeiro plano a avaliação permeia a adequação da norma ambiental aplicável ao caso, o que exige a observância dos artigos 75 da Lei nº 20.922/2013 cominado com o artigo 71 do Decreto nº 47.749/2019: *Art. 71 – Para aplicação do disposto nos §1º e 2º do art. 75 da Lei nº 20.922, de 2013, será considerada a data de formalização da primeira licença do empreendimento minerário.*

Entende-se por formalização, a apresentação, pelo empreendedor, do respectivo requerimento de licença prévia acompanhado de todos os documentos, projetos e estudos ambientais exigidos pelo órgão ambiental competente, conforme o §1 do artigo 71 do Decreto nº 47.749/2019.

Prevê o artigo 75 da Lei nº 20.922/2013 o seguinte:

Art. 75 – O empreendimento minerário que dependa de supressão de vegetação nativa fica condicionado à adoção, pelo empreendedor, de medida compensatória florestal que

inclua a regularização fundiária e a implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, independentemente das demais compensações previstas em lei.

§ 1º – A área utilizada como medida compensatória nos termos do caput não será inferior àquela que tiver vegetação nativa suprimida pelo empreendimento para extração do bem mineral, construção de estradas, construções diversas, beneficiamento ou estocagem, embarque e outras finalidades.

§ 2º – O empreendimento minerário em processo de regularização ambiental ou já regularizado que ainda não tenha cumprido, até a data de publicação desta Lei, a medida compensatória instituída pelo art. 36 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, continuará sujeito ao cumprimento das obrigações estabelecidas no artigo citado.

§ 3º – Para os fins do disposto neste artigo, o empreendedor poderá se valer da participação de organizações sem fins lucrativos, de acordo com as normas e os procedimentos fixados pelo órgão ambiental. (Parágrafo acrescentado pelo art. 67 da Lei nº 22.796, de 28/12/2017.)

§ 4º – A compensação de que trata o § 2º será feita, obrigatoriamente, na bacia hidrográfica e, preferencialmente, no município onde está instalado o empreendimento. (Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Lei nº 23.558, de 13/1/2020.)

§ 5º – No caso previsto no § 4º, excepcionalmente, quando não existir unidade de conservação a ser regularizada na mesma bacia hidrográfica em que estiver localizado o empreendimento e nessa bacia hidrográfica não for considerada viável a criação de nova unidade de conservação, o empreendedor poderá adotar a medida compensatória em área situada no território do Estado que seja do mesmo bioma daquela em que estiver localizado o empreendimento. (Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Lei nº 23.558, de 13/1/2020.)

Sendo assim, considerando-se que a primeira licença do empreendimento fora formalizada em 23/12/09, representada pelo processo administrativo nº 00104/1988/047/2009 de Licença Prévia com número 024/2010 deverá ser observada a regra contida no § 2º do art. 75 da Lei nº 20.922/2013.

O regime jurídico a ser observado no presente caso é o previsto no artigo 36 da Lei nº 14.309/2002 que encontra regulamentação no artigo 65 do Decreto nº 47.749/2019, o que passamos a avaliar pontualmente:

Art. 36 – O licenciamento de empreendimentos minerários causadores de significativos impactos ambientais, como supressão de vegetação nativa, deslocamento de populações, utilização de áreas de preservação permanente, cavidades subterrâneas e outros, fica condicionado à adoção, pelo empreendedor de estabelecimento de medida compensatória que inclua a criação, **implantação ou manutenção** de unidades de conservação de proteção integral.

Vejamos a previsão contida no art. 65 e incisos do Decreto Estadual nº 47.749/2019:

Art. 65. A compensação a que se refere o § 2º do art. 75 da Lei nº 20.922, de 2013, implica na adoção, por parte do empreendedor, de medida compensatória florestal que vise à:

I - destinação ao Poder Público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de Proteção Integral pendente de regularização fundiária ou sua ampliação;

II - execução de medida compensatória que vise à implantação ou manutenção de Unidade de Conservação de Proteção Integral, conforme critérios a serem definidos em ato normativo específico do IEF;

III - destinação ao Poder Público de área considerada de relevante interesse ambiental para a criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral;

§ 1º Nas hipóteses previstas nos incisos I e III, a área destinada como medida compensatória florestal deverá ser no mínimo equivalente à extensão da área efetivamente ocupada pelo empreendimento minerário, incluindo a extração do bem mineral, construção de estradas, construções diversas, beneficiamento ou estocagem, embarque e outras finalidades, independentemente da supressão de vegetação nativa.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos I e III, o empreendedor deverá adquirir áreas para destinação ao Poder Público, mediante registro da Escritura Pública perante o Cartório de Registro de Imóveis Competente, ficando gravado à margem da matrícula o número do processo de intervenção de que trata a referida compensação.

§ 3º As formas de compensação previstas nos incisos I, II e III poderão ser cumpridas isolada ou conjuntamente, conforme critérios a serem definidos em ato normativo específico do IEF.

§ 4º A compensação de que trata este artigo será feita, obrigatoriamente, na mesma bacia hidrográfica de rios federais situados no território do Estado de Minas Gerais e, preferencialmente, na mesma subbacia onde está instalado o empreendimento.

§ 5º Na hipótese prevista no inciso II, a medida compensatória deverá ser executada conforme Plano de Trabalho a ser estabelecido pelo órgão gestor da Unidade de Conservação.

§ 6º Na hipótese prevista no inciso III, além da destinação da área ao Poder Público, o empreendedor deverá garantir a implantação de estrutura mínima necessária à gestão da Unidade de Conservação de Proteção Integral, conforme Plano de Trabalho a ser estabelecido pelo órgão gestor da Unidade de Conservação.

Trata o presente processo de empreendimento minerário causador de significativo impacto ambiental, pela supressão de vegetação nativa. Vislumbra-se que a opção apresentada pelo empreendedor, compreende as hipóteses de implantação e manutenção do Monumento Natural Estadual Lapa Nova de Vazante, atendendo ao requisito do artigo anterior.

No caso em apreço a compensação proposta ocorrerá no MONUMENTO NATURAL ESTADUAL LAPA NOVA DE VAZANTE localizada na mesma bacia hidrográfica e no mesmo município dos Empreendimentos, e observando os incisos II do Artigo 65 do Decreto nº 47.749/2019, coforrme já citado acima.

Dito isto, a execução da medida compensatória caso aprovada será realizada de acordo com Plano de trabalho que será elaborado posteriormente. Decreto nº 47.749/2019, artigo 65, § 5º – *Na hipótese prevista no inciso II, a medida compensatória deverá ser executada conforme Plano de Trabalho a ser estabelecido pelo órgão gestor da Unidade de Conservação.*

Ante ao exposto, considerando que a documentação exigida, bem como, a proposta apresentada atende aos requisitos técnicos e legais, entende-se que não há óbice para o acatamento da mesma.

5 - Responsável /Data

Data: 08/05/2020.	
Paulo Sérgio Cardoso Vale Coordenador Núcleo de Biodiversidade Masp 1021300-7 Gisele Martins de Castro Coordenadora Núcleo de Controle Processual Masp 1478081-1	Assinatura / Carimbo